

O BIBLIOTECÁRIO E O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: conscientização do usuário aos materiais informacionais. ¹

Ângela Silva Lopes*

Jacqueline Silva Pereira**

Lívia da Conceição Reis Santos***

Sara Nascimento de Caldas****

Resumo

O Arquivo Público Estadual tem trabalhado para disseminar entre os organismos públicos e a sociedade em geral a importância da preservação da memória do Maranhão. Um dos fatores que incidem diretamente na preservação dos fundos documentais é a forma como os documentos originais são manipulados pelos pesquisadores, influenciando por sua vez, o número de usuários que visitam o arquivo. Objetiva-se então realizar uma conscientização do usuário ao manuseio e preservação das documentações raras, pois a falta tratamento de conservação para o acervo da biblioteca de apoio, assim como e feita para os códices, toda essa documentação será perdida. Esta pesquisa foi realizada através de levantamentos bibliográficos, documentais e observação. A leitura e a análise dos mesmos constatou-se esta necessidade.

Palavras-chave: Patrimônio Documental. Memória. Conscientização do usuário.

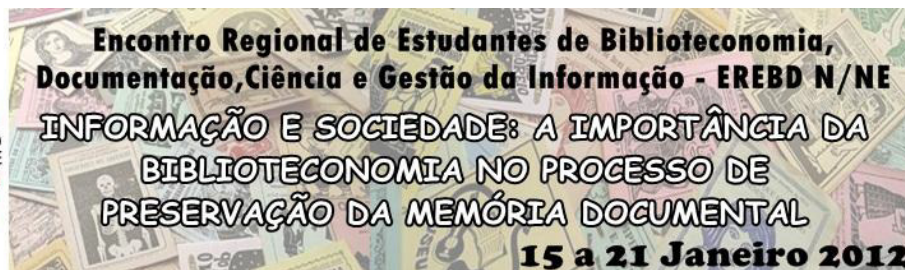
Comunicação Oral apresentada ao GT 03 - CENTRO DE INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO PROPAGAÇÃO SOCIAL.

*Universidade Federal do Maranhão. Graduando em Biblioteconomia. angelopes@bol.com.br

**Universidade Federal do Maranhão. Graduando em Biblioteconomia. jack.bibliotecaria@hotmail.com

***Universidade Federal do Maranhão. Graduando em Biblioteconomia. liviareis@gmail.com

****Universidade Federal do Maranhão. Graduando em Biblioteconomia. sarafran50@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se a partir dos resultados de trabalho desenvolvido em um diagnóstico feito no Arquivo Público do Estado do Maranhão que teve como motivo a custódia do maior acervo documental que o estado possui pautado na ambiência interna e externo, a partir dos pontos positivo e negativos levantados pelo diagnóstico. No diagnóstico foi constatado documentações valiosas no qual precisam de tratamento preventivo para uma maior vida útil, tendo como instrumento utilizado à própria instituição e sua estrutura física.

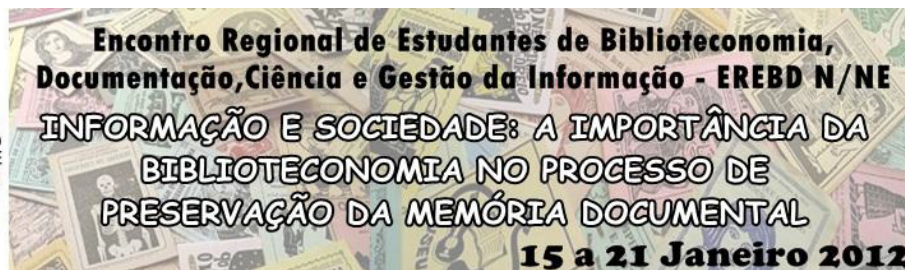
O Arquivo Público do Maranhão é primeiro existente no Maranhão criado no ano de 1932 no qual teve mudanças ao longo dos anos, ao analisar seu histórico foi observado que o lugar era ocupado por várias serventias, e em grande parte teve seu espaço transformado em bordel, o mais famoso bordéis existente na cidade. Atualmente é administrado pelo governo para guarda de documento raros do maranhão.

Ao discutir sobre a conscientização do usuário no manuseio do documento, não deixemos de abordar sobre a Biblioteca de Apoio do Arquivo que é o nosso foco central onde são guardados mais de 5 mil volumes datados nos anos de 1808 a 1990, entretanto o mesmo não existe um tratamento de conservação para o acervo da biblioteca.

A proposta deste artigo é aprofundar esse debate trazendo como objetivo a conscientização do usuário no manuseio do documento raro do Arquivo Público do Maranhão, pois são patrimônio público. Tal discussão se insere na perspectiva de preservação das obras que se constitui em objeto de informação. Sobre isso (SOARES, 2003, p. 19) afirma:

É necessário que haja um programa de conscientização, que leve as pessoas a entenderem “a natureza e as limitações dos acervos documentais, fazendo-os compreenderem a importância de sua preservação, a fim de que o público leitor os trate e os use com maior cuidado e carinho”.

Na estrutura do artigo apresentaremos três tópicos: no primeiro o histórico do Arquivo Público, abordando sua história e ações desenvolvidas, o segundo a biblioteca de apoio que é o nosso foco central.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As instituições arquivísticas são fontes importantes não só para pesquisadores bem como preservação do patrimônio documental pela sociedade.

Os Arquivos surgiram nos séculos V e IV a C., como guardiães dos registros do estado e para apoiar administrativamente o governo. Diante da necessidade de se recorrer a documentos, a civilização grega demonstrou a preocupação em guardar, junto à Corte de Justiça na Praça Pública de Atenas, leis, tratados, minutas de assembleia, documentos oficiais (CÔRTEZ, 1996 apud OHIRA?).

Os arquivos possuem a função de guardar e conservar os documentos de modo a serem utilizados para atender a interesses pessoais e oficiais, independente de sua finalidade. Foi durante o século XIX que o Arquivo, como instituição, ganhou espaço por constituir a base da pesquisa histórica, levando os Estados a mantê-los acessíveis aos cidadãos.

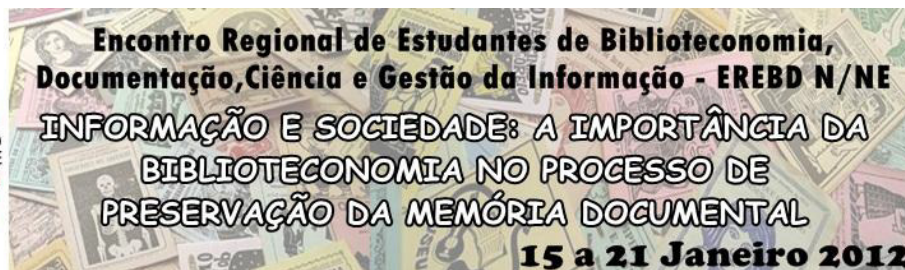
No Brasil a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 que aborda sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, define claramente arquivo em seu Art. 2º, como.

Conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 1991)

Os arquivos públicos do Brasil vêm passando por carência de estudos. Jardim (1986), em um dos seus estudos intitulado “Instituições Arquivísticas: estrutura e organização” revelaram que é freqüente o desconhecimento sobre as funções dos arquivos públicos estaduais e suas distinções em relação a outras instituições voltadas para setores do patrimônio cultural como as bibliotecas e os museus.

O Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ e o Arquivo Nacional têm um papel importante nesse processo de reconhecimento dos arquivos e principalmente a implementação de políticas públicas nessa área. Mas, essa responsabilidade também está veiculada as associações profissionais, organizações da sociedade civil, instituições de ensino superior, e especialmente as universidades.

Outro grande problema enfrentado pelos arquivos são os crescentes níveis de deteriorização que seus acervos vêm sofrendo ao longo dos anos, Nesse sentido (BOJANOSKI 1999, apud OHIRA; MARTINEZ 2002, p. 6) afirmam que:



As condições de preservação dos acervos documentais brasileiros, identificando que o mais grave é a falta de conhecimento dos profissionais habilitados para atuar na área de preservação do acervo, seja em biblioteca, arquivo ou museu.

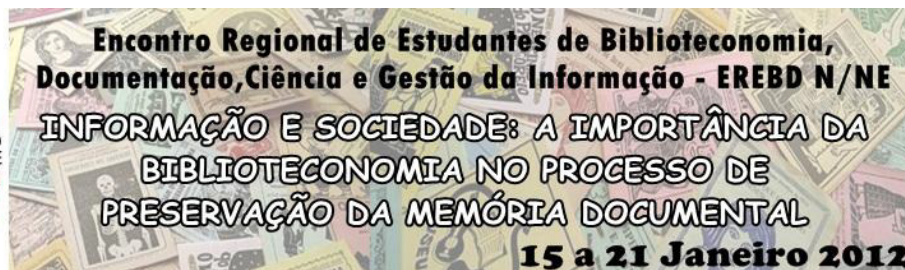
Os usuários também são um fator relevante para a preservação dos acervos dessas instituições, pois é necessário que haja uma educação dos mesmos na forma de manuseio desses documentos. Sendo que as pessoas às vezes sem consciência deixam suas marcas em textos e manuscritos. A ação do homem contribui para a degradação do acervo, entre outros fatores.

Preservação é cuidar de todos os assuntos relacionados ao combate à deterioração dos documentos, compreende uma política global, desde aspectos administrativos e financeiros, até as investigações científicas e as mais simples medidas de higienização.

Conservação define-se como um conjunto de medidas específicas e preventivas necessárias para a manutenção da existência física do documento. (DUARTE, 2009)

Os arquivos de um modo geral precisam ter um olhar mais criterioso para a preservação e conscientização dos documentos voltados para a conscientização do usuário. No arquivo do estado do Maranhão a situação também não é diferente.

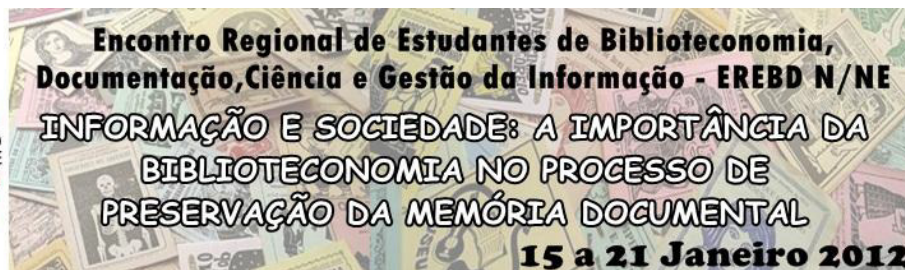
O Arquivo Público do Estado do Maranhão foi criado pelo Decreto nº 339, de 14 de novembro de 1932. Todavia, em julho de 1933, através do Decreto nº 462, foi anexado à Biblioteca Pública. Em 1938, o Governo do Estado do Maranhão resolveu organizar melhor o então Arquivo Público e até 1946 esteve vinculado à Secretaria Geral do Estado, sendo que a partir de 1947 esteve ligado à Secretaria de Interior, Justiça e Segurança. Infelizmente, entre 1938 e 1978, o conjunto de documentos que formava esse arquivo ficou a circular por diversas instalações, sendo todas não adequadas para o devido fim. Somente no ano de 1974, através do Decreto nº. 5.266, de 21 de janeiro, foi recriado o órgão Arquivo Público do Estado do Maranhão e, em 1978, foi inaugurada a sede definitiva, instalada em casarão do século XIX, situada na Rua de Nazaré, nº 218, na área conhecida como centro histórico de São Luís. Tem sob sua guarda o maior acervo documental do Estado, oriundo da Secretaria de Governo (1750-1914) e suas sucessoras (1914-1975) e do Arquivo da Secretaria de Polícia (1842-1962). Está constituído por 1 km de documentos textuais (manuscritos, datilografados e impressos) dos períodos Colonial, Imperial e Republicano, além de mapas, plantas, discos e jornais. Recentemente foi reformado, sendo informatizado e climatizado, garantindo, ao público usuário, melhor comodidade e conforto.



As obras contidas no APEM são de um valor incalculável como fonte de informação e pesquisa. O arquivo tem sob sua guarda o maior acervo documental do Maranhão, oriundo da Secretaria do Governo (1728-1914) e suas sucessoras (1914-1991) e do Arquivo da Polícia (1842-1963). O acervo está constituído por aproximadamente um quilômetro e meio de documentos textuais - manuscritos (datilografados e impressos) dos períodos Colonial, Imperial e Republicano, além de mapas, plantas, discos e microfimes. Outros conjuntos documentais foram incorporados posteriormente ao acervo, como o arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (1969-1991); arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (1614-1883); acervo da Arquidiocese (1673-1977), acervo João Mohana e Ney Rayol (1987-1988) e acervo Sonoro. O Arquivo Público dispõe ainda da **Biblioteca de Apoio**, que reúne 5 mil volumes, datados de 1808 até 1990; da Mapoteca, que exhibe a documentação cartográfica; e da Hemeroteca, composta por aproximadamente 23 títulos do que há de mais representativo na imprensa maranhense, entre eles o Jornal Pequeno e A Pacotilha, produzidos entre 1844 e os dias atuais.

Atualmente a uma **Revitalização do Laboratório de Conservação e Restauração de Papéis**, que tem por eixo restaurar códices e documentos avulsos referentes aos séculos XVIII e XIX. A iniciativa é financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) execução prevista de dois anos. Projetos de vários estados participaram do processo de seleção do BNDES. Um dos critérios utilizados pela instituição financiadora para aprovação foi à modernização do laboratório do APEM, o que está contribuindo para o aprimoramento das ações do acervo.

Segundo a diretora do arquivo Conceição Rios O mesmo foi reformado ano passado. “Restaurando documentos tão valiosos para a memória nacional”, disse o chefe do laboratório e restaurador de documentos gráficos, Luiz Otávio Ribeiro da Silva. Ele está envolvido no projeto, juntamente com uma equipe formada bibliotecários, historiadores, restauradores, entre outros. “Foi um espaço todo adaptado para receber o projeto”, atesta Vanda Maria Coelho Lima, especialista em restauração de documentos e coordenadora dos trabalhos.



Nesta Biblioteca foi detectado a falta de tratamento de conservação para o acervo da biblioteca de apoio, assim como e feita para os códices, que são as leis da província, lei do império, relatório da província, documentos de 1700, onde se não for feita à conservação urgente, toda essa documentação será perdida. E enquanto isso não acontece tem que haver uma conscientização do usuário ao manuseio e preservação nestas obras as quais são documentações raras. Sobre isso (SOARES, 2003, p. 19) afirma:

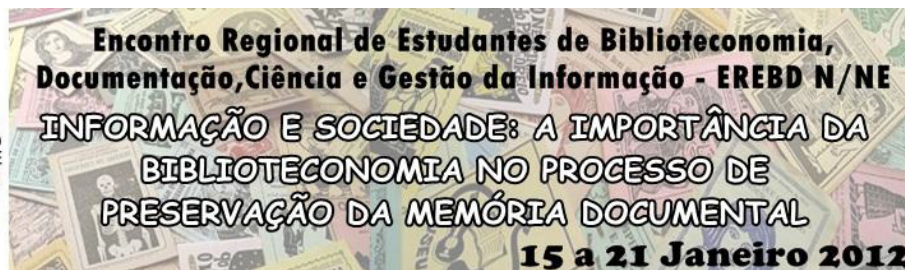
É necessário que haja um programa de conscientização, que leve as pessoas a entenderem “a natureza e as limitações dos acervos documentais, fazendo-os compreenderem a importância de sua preservação, a fim de que o público leitor os trate e os use com maior cuidado e carinho”.

BIBLIOTECA DE APOIO DO ARQUIVO

A Biblioteca de Apoio reúne livros, periódicos e outras publicações das áreas de Arquivologia, História, etc., destacando-se as coleções de leis do Brasil e do Maranhão de 1808 a 1969, relatórios e mensagens dos governantes maranhenses (1826-1990), anais da Assembleia Legislativa do Maranhão e obras de autores maranhenses. Possuindo aproximadamente de 5.500 títulos correspondente ao acervo bibliográfico. Ainda como parte da BAPEM, temos a Hemeroteca composta de 18 títulos com que há de mais representativo na imprensa maranhense, entre os quais o Publicador Maranhense, Diário do Maranhão, A Pacotilha, etc. produzidos entres os períodos de 1844 até os dias atuais. Temos ainda Revistas num total de 113 títulos; Boletins num total de 87 e Jornais Oficiais, tais como Diário Oficial do Maranhão (1906-2009) e o Diário Oficial da União (1879-1980).

De acordo com o relatório do 1º semestre a Biblioteca de Apoio recebe-se publicações que compõem o acervo, desta forma dá-se prioridade ao registro, catalogação, classificação e indexação dessas publicações visando manter atualizado todo processamento técnico de modo a atender os pesquisadores no momento da busca da informação.

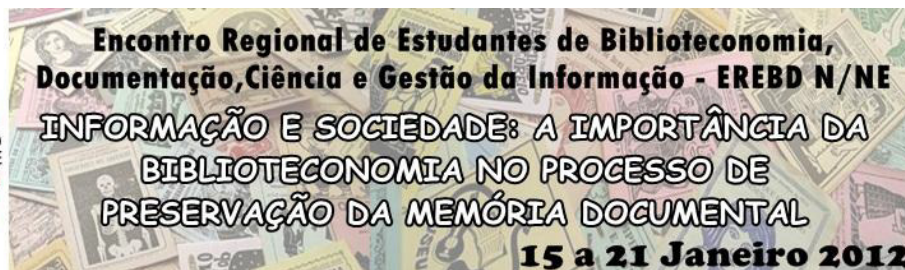
No período de janeiro a março deu-se continuidade ao índice cronológico de leis do Estado do Maranhão, a partir de janeiro de 2005 com vistas a recuperar em tempo hábil pesquisas referentes a esse assunto, num total de 467 decretos. Paralelo a esse serviço foi publicadas em diários oficiais, perfazendo um total de 3.412 leis.



Para facilitar a recuperação da informação, catalogou-se 411 documentos, 237 classificações e 252 indexações. Convém lembrar que o atendimento aos usuários é uma constante tanto para quem procura a Biblioteca como o setor de códices.

Em abril a junho a Biblioteca de apoio desenvolveu atividades de registros, catalogação e indexação do material bibliográfico que já compõe o acervo, bem como dos recebidos neste período. Registrou-se 44 exemplares entre livros e periódicos e para compor o catálogo inseriu-se 342 fichas catalográficas e indexou-se 144.

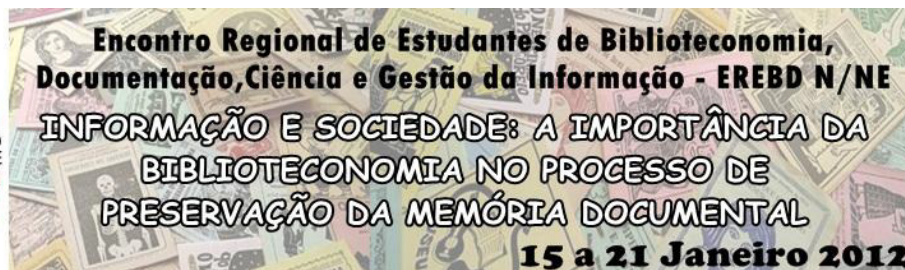
O índice cronológico de decretos do Estado do Maranhão de 2005 foi digitalizado com vistas a subsidiar pesquisas aos usuários e também para compor o acervo. Ainda neste período foi iniciado o registro de 415 ementas dos decretos de janeiro a julho de 2004.



3 METODOLOGIA

A escolha do Arquivo Público do Estado do Maranhão para esse pesquisa teve como motivo a custódia do maior acervo documental que o estado possui e também por possuir uma biblioteca de apoio que reúne 5 mil volumes, datados de 1808 até 1990. O objetivo da análise foi pautado na ambiência interna e externo, a partir dos pontos positivo e negativos levantados pelo diagnóstico.

A pesquisa a ser desenvolvida, quanto à tipologia, será bibliográfica e documental. Bibliográfica e Documental, pois não se pode bem fundamentar um trabalho sem a apresentação dos mesmo que regem o tema, sendo esta o primeiro momento de qualquer estudo, uma vez que visa à localização e consulta das diversas fontes de informação referente ao assunto, quer seja impressas - livros, periódicos, artigos, quer seja eletrônicos - sites de busca, periódicos eletrônicos, que servirão como embasamento teórico para o estudo. Em seguida a pesquisa documental, limita-se às fontes primárias, ou seja, aos documentos que não sofreram nenhuma forma de tratamento, com uma metodologia de tipo qualitativo, baseada fundamentalmente na análise de casos, as fontes de pesquisa serão todas aquelas admitidas na pesquisa.



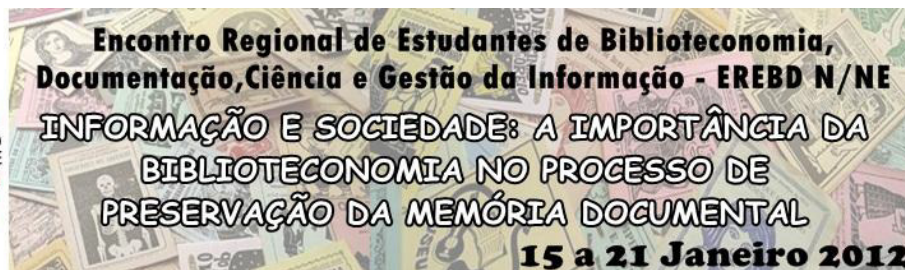
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente aos dados analisados, verifica-se que a participação da instituição APEM na política de gestão de documentos da administração estadual do Maranhão, ao considerar sua posição na estrutura administrativa e a existência de mecanismos legais, constata-se que os mesmos ainda não são vistos como órgãos básicos da administração, resultando em não atendimento das solicitações básicas de recurso da mesma. Impedimentos definitivos à implantação de uma política eficiente de arquivos.

A existência de espaço físico adequado para a preservação física dos arquivos contribui para que os acervos custodiados pelo arquivo estadual corram riscos de destruição em virtude das precárias condições das instalações destes órgãos (muita madeira e documentos para ser restaurados) O arquivo público estadual utiliza instrumento de pesquisa, estes retratam a totalidade da documentação e na maioria se encontram manuscritos, impedindo ao pesquisador o rápido acesso ao material desejado, dificultando assim a divulgação dos fundos.

Um dos fatores que incidem diretamente na preservação dos fundos documentais é a forma como os documentos originais são manipulados pelos pesquisadores, influenciando por sua vez, o número de usuários que visitam o arquivo. A carência de recursos humanos é notória nas pesquisas analisadas, justificadas pela ausência de concursos públicos na esfera estadual, mas conta com pessoal com nível superior, principalmente com formação em Arquivologia, Biblioteconomia e História. Uma forma de prevenir a degradação dos documentos é restringir o acesso aos pesquisadores, através da reprodução dos fundos de arquivos em diferentes suportes como microfilmagem, CD-ROM, DVD.

Por outro lado, percebe-se o Arquivo Público Estadual tem um rico acervo do século XVIII aos nossos dias, de valor incalculável como fonte de informação e pesquisa, como grande ponto positivo. Tem trabalhado para disseminar entre os organismos públicos e a sociedade em geral a importância da preservação da memória do Maranhão.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei. N. 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos Públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 29, n. 6, p. 455, jan. 1991.

CRISTINA, M.; ALMEIDA, B de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.

DUARTE, Zeny. **Preservação de Documentos: Métodos e práticas de salvaguarda**. Salvador: EDUFBA, 2009.

JARDIM, José Maria. Instituições arquivísticas: a situação dos arquivos estaduais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 39-42, 1986.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt. **Arquivos públicos do Brasil: da realidade à Virtualidade**. Disponível em: www.udesc.br/arquivos/id_submenu/.../artigo_arquivo_publico.pd. Acesso em 8 nov. 2011.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt, MARTINEZ, Priscilla Amorim. Acessibilidade aos documentos nos arquivos públicos municipais do Estado de Santa Catarina - Brasil. **Textos do INTEGRAR Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus [São Paulo, março de 2002]**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.335-358. Disponível em: <<http://www.geocities.com/arquivosmunicipais/textos.htm> > Aceso em: 8 nov 2011

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência no estudo**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SOARES, T. A. T. (Org.); PRAZERES, L. M. S. (Cib); MARTINS, J. A. (Cib). **Manual de conservação de acervos documentais e noções de restauração de documentos: suporte papel**. 4. ed. rev. ampl. e atual. Florianópolis: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina/Associação de Amigos do Arquivo/SC: 2003.



**Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia,
Documentação, Ciência e Gestão da Informação - EREBD N/NE**

**INFORMAÇÃO E SOCIEDADE: A IMPORTÂNCIA DA
BIBLIOTECONOMIA NO PROCESSO DE
PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL**

15 a 21 Janeiro 2012